

Um acordo inédito na história das negociações

O acerto de contas entre o Governo brasileiro e o Clube de Paris esta semana teve ampla repercussão além das fronteiras nacionais. Os observadores e analistas europeus destacaram o fato de que se trata de um acordo inédito nos anais das negociações financeiras internacionais pois, pela primeira vez em sua história, os dirigentes do Clube, que reúne as instituições e países credores da dívida externa pública do Brasil, concordaram em desrespeitar regras pré-estabelecidas há mais de quatro décadas.

A principal exceção feita ao Brasil foi a dispensa do monitoramento prévio da economia pelo Fundo Monetário Internacional, embora os credores continuem exigindo a participação ativa do FMI nos entendimentos com o Brasil, através de relatórios ou balanços dos resultados dos reescalonamentos com os bancos comerciais.

Outros países endividados, como as Filipinas e o Egito, cujas pretensões de dispensar o aval do FMI para refinarçar seus débitos não são muito diferentes das do Brasil, receberam uma resposta clara e negativa do Clube, o que levou o vespertino "Le Monde" a concluir que "não basta estar superendividado. É preciso também ser um país poderoso como o Brasil, cujos recursos são tão grandes quanto sua dívida de US\$ 109 bilhões, para obter concessões dos credores".

Os círculos financeiros, embora considerem

que a recusa de reescalonar o total da dívida de governo a governo, que vence em 87, é mau sinal, julgam que a decisão do Clube de Paris "indica que ninguém deseja chegar a um ponto crítico, com ruptura das negociações", como explicou o dirigente de um banco francês que se prepara para a próxima maratona de Nova York. Em sua opinião, o encontro das autoridades financeiras do Brasil com os bancos privados nos Estados Unidos, que vai se realizar provavelmente na primeira semana de fevereiro, assim que se encerrarem as reuniões relativas à dívida externa da Argentina e Filipinas, "será muito delicado". Analisando o acordo com o Clube de Paris, este banqueiro afirmou acreditar que "foram feitas concessões agora para que as negociações prossigam, mas em Nova York, este ano, será bem mais difícil e mais complexo para o Brasil do que no ano passado.

Os países credores, ao concordarem parcialmente com as reivindicações do Governo brasileiro aqui em Paris, "fizeram um gesto de solidariedade para com o Presidente Sarney, a fim de apoiar a democracia brasileira, em fase de consolidação", explicam os observadores. Alguns destacaram também a influência decisiva das agências multinacionais que participaram das reuniões de Paris e cujos relatórios foram favoráveis ao Brasil. "São gestos políticos", ponderou alta fonte do

Clube de Paris, que destacou também a atuação de Álvaro Gurgel de Alencar durante a sabatina que lhe foi feita pelo Clube. "O Ministro expôs com muita competência as dificuldades do País, tanto de origem externa quanto interna. Como as medidas protecionistas americanas estão afetando os países europeus também, o argumento teve efeito", assegurou a fonte.

Os países credores, ao concordarem com o reescalonamento de US\$ 4,134 bilhões quarta-feira passada, enviaram também uma mensagem ao Governo brasileiro. Os seis meses de prazo para o refinanciamento dos débitos de 87 são considerados aqui como um período mínimo de observação, pois se as medidas de reajustamento do Plano Cruzado não surtirem efeito neste período, as reservas continuarem baixando e se o saldo da balança comercial não melhorar nos próximos meses, o País mais endividado do mundo não terá uma segunda chance no acerto das contas externas.

"Os bancos comerciais já começam a estudar a possibilidade de abrir novas linhas de crédito para o financiamento das exportações do Brasil. Estamos reativando os que já foram concedidos, sem utilização imediata pelo Brasil. A negociação com o Clube de Paris foi uma etapa importante para desbloquear a situação", afirmou dirigente de um

banco estatal francês, que faz parte do comitê de renegociação da dívida externa do Brasil com os Bancos comerciais. A mesma fonte julga também que as negociações que vão começar em Nova York vão ser "muito duras". Em sua opinião, tudo depende do que o Governo brasileiro exigir. "As negociações são cada vez mais técnicas e os problemas de relanding ou de capitalização (transformação dos créditos em capital) são complexos.

A condicionalidade do Fundo Monetário também será uma dificuldade das próximas negociações, disse o banqueiro. "Se o Brasil pedir dinheiro novo, por exemplo, porque suas reservas estão sumindo, os bancos vão responder que não cabe a eles substituir o FMI. Não acreditamos em acordo plurianual este ano, se não envolver recursos do FMI, pois os bancos não estão dispostos a dar fresh money para o Brasil. Se a situação brasileira continuar se deteriorando, vai ser indispensável passar pelo Fundo ou encontrar uma solução de compromisso. Além disto, não pretendemos diminuir o spread como aconteceu com o México", garantiu.

Para a comunidade bancária europeia, "os novos dados da economia brasileira é que tornam a negociação de Nova York mais difícil. Porém, os bancos estão conscientes de que é preciso levar em conta a opinião pública do Brasil, à qual o Governo vai receitar algumas pilulas amargas.